



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação  
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## JUSTIFICATIVA

### JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para aquisição de bobinas térmicas para emissão de senhas, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O processo administrativo foi instaurado a partir do documento de formalização da demanda (0193261), exarado pelo Diretor de Tecnologia e Informação.

A Diretoria de Tecnologia e Informação elaborou estudo técnico preliminar (0195598) e termo de referência (0194076). Em seguida foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, conforme vemos abaixo:

- a) COLLORMAQ IND. E COM. DE ETIQUETAS E B. LTDA-EPP, CNPJ: 18.207.729/0001-07, Valor R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais);
- b) L F COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ: 13.825.157/000106, Valor R\$ 748,50 (setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos);
- c) CLC COM. E SERV. EIRELI ME, CNPJ: 11.680.906/0001-10, Valor R\$ 1.348,50 (mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos);

De acordo com a planilha mercadológica (0211145), o preço estimado da aquisição é de R\$ 715,50 (setecentos e quinze reais e cinquenta centavos). Considerando que o preço estimado está abaixo do limite de dispensa de licitação, a Secretária-Geral de Administração e Planejamento determinou, através do despacho (0210721) o prosseguimento mediante dispensa de licitação.

Verifica-se na planilha que a empresa que ofertou o menor preço foi a empresa COLLORMAQ IND. E COM. DE ETIQUETAS E B. LTDA-EPP, CNPJ: 18.207.729/0001-07, Valor R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Foram juntados os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da empresa (0206609).

O Departamento de Contabilidade informou que até a presente data, para o exercício financeiro de 2023 na UG - 300001 – FUNDEP e na UG - 300001 – DPE **não há** empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento em questão, enquanto para a UG - 300011 – FUNDEP, **há** os empenhos emitidos (0211525).

Posteriormente a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu Pré-empenho (0211622) e Declaração de Adequação Financeira e Orçamentária (0211623).

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Exma. **Secretária-Geral de Administração e Planejamento** (0210721), no sentido de que seja elaborada justificativa de dispensa de licitação, caso presente a hipótese ensejadora, esta Comissão assim se

posiciona.

## II - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Atualmente, a DPE-RO possui duas impressoras GPRINTER GP-L80160 II, que são equipamentos térmicos de alto desempenho utilizados para a impressão de senhas de atendimento em sua sede. Cada impressora consome em média duas bobinas térmicas a cada dois dias úteis, totalizando um consumo de 252 bobinas por ano (252 dias úteis / 2 dias úteis x 2 impressoras).

Considerando que a entidade não possui estoque atual de bobinas térmicas, a falta de suprimentos pode prejudicar a continuidade dos serviços prestados pela entidade, impactando negativamente os seus resultados.

A aquisição de bobinas térmicas para as duas impressoras GPRINTER GP-L80160 II, para um período de seis meses, é necessária para garantir a continuidade dos serviços prestados, minimizando os riscos e impactos negativos para a administração e para os usuários dos serviços.

Com esta aquisição, espera-se que a instituição disponha de bobinas térmicas suficientes para atender à demanda interna no desempenho de suas atividades institucionais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados e, conseqüentemente, a oferta desses serviços à sociedade, cumprindo assim seus objetivos e missão institucional.

## III - DA LEGALIDADE

É de conhecimento público que contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para

alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação – convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no artigo 24 da lei 8.666/93. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo,

nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa especializada que apresentou menor preço entre as propostas, possuir regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração e capacidade técnica para o fornecimento.

3 - Quanto ao inciso III, a justificativa do preço encontra-se na proposta de preços apresentada pela empresa COLLORMAQ IND. E COM. DE ETIQUETAS E B. LTDA-EPP, CNPJ: 18.207.729/0001-07, Valor R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) , cujo valor é inferior ao preço médio apurado em planilha mercadológica.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

#### IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** , observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios a autoridade superior, a quem cabe a análise desta decisão.

Porto Velho - RO, 31 de maio de 2023.

**Antônio Carlos Mendonça Tavernard**

Analista Jurídico da CPCL/DPE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 31/05/2023, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0212078** e o código CRC **FF9C976C**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.103506.2023.

Documento SEI nº 0212078v6